Maria Piedade Monteiro Bagagem S. Guerra, assistente administrativa especialista da Escola Superior de Saúde de Leiria.

19 — Na ausência ou impedimento, o presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

27 de Junho de 2005. — O Vice-Presidente, *João Paulo dos Santos Marques*.

ANEXO

Programa das provas de conhecimentos

Conhecimentos gerais

1 — Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos restantes da vivência do cidadão comum.

2 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

2.1 — Regime de férias faltas e licenças;

2.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

2.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;

2.4 — Deontologia do serviço público.

3 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto concurso.

Legislação aconselhada:

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho — relação jurídica de emprego na função pública;

Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho — revoga os artigos 18.º a 21.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e os artigos 9.º e 11.º-A do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, este último aditado pelo artigo 2.º da Lei n.º 25/98, de 26 de Maio;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com a alteração introduzida pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio — princípios gerais em matéria de emprego público;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a nova redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo n.º 2 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio — regime de férias, faltas e licenças;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro — estatuto remuneratório;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho — regime geral de estruturação de carreiras;

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar; Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, homologados pelo Despacho Normativo n.º 37/95, de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 177, de 2 de Agosto de 1995, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 41/2001, publicado na 1.ª série-B do *Diário da República*, n.º 244, de 20 de Outubro de 2001, e pelo Despacho Normativo n.º 38/2004, de 1 de Setembro, que aprova a segunda alteração aos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria;

Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Leiria, homologados pelo despacho n.º 24 797/2001 (2.ª série), de 14 de Novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 281, de 5 Dezembro de 2001;

Portaria n.º 207/2005, de 22 de Fevereiro — Escola Superior de Saúde de Leiria;

Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, homologados pelo despacho n.º 5/97, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 22 741/2001 (2.ª série), de 22 de Outubro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 259, de 8 de Novembro de 2001;

Estatutos da Escola Superior de Educação de Leiria, homologados pelo despacho n.º 6905/99 (2.ª série), de 7 de Abril, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 81, de 7 de Abril de 1999;

Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro — regime de instalação dos estabelecimentos de ensino superior politécnico;

Estatutos da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche, homologados pelo despacho n.º 21 100/2003 (2.ª série), de 20 de Outubro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 253, de 31 de Outubro de 2003;

Regulamento interno n.º 6/2002, de 23 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Novembro de 2002 — Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha;

Decreto-Lei n.º 302/2003, de 4 de Dezembro — altera a denominação da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design para Escola Superior de Artes e Design e redefine os seus objectivos;

Decreto n.º 45/88, de 14 de Dezembro — criação da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design;

Decreto-Lei n.º 18/99, de 26 de Janeiro — regime de instalação;

Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho — ampliação da rede do ensino superior politécnico;

Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro — estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

Conhecimentos específicos

A prova de conhecimentos específicos versará sobre:

- 1) Despesas e receitas públicas — definição e classificações legais;
- 2) Orçamento do Estado — noção, princípio e regras;
- 3) Conta Geral do Estado — noção, diferenças entre conta e orçamento;
- 4) Regime jurídico-administrativo das aquisições;
- 5) Fases do processo de compra.

Legislação aconselhada:

Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto — lei de enquadramento orçamental;

Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro — bases da contabilidade pública;

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho — regime de administração financeira do Estado;

Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 Junho — classificação funcional das despesas públicas;

Decreto-Lei n.º 26/02, de 14 Fevereiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 8-F/2002, de 28 de Fevereiro — classificador económico das receitas e despesas públicas;

Regime jurídico-administrativo das aquisições;

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 Junho — regime da realização de despesas públicas.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 6735/2005 (2.ª série). — 1 — De acordo com o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio e posterior provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, para o quadro de pessoal não docente dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Portalegre, conforme a Portaria n.º 1373/95, de 22 de Novembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 270, de 22 de Novembro de 1995.

1.1 — Garantia de igualdade de tratamento — nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, declara-se que «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.».

2 — À publicação do presente aviso foi precedida das necessárias consultas à Direcção-Geral da Administração Pública sobre a existência de excedentes que, através do ofício de referência n.º 4527, de 13 de Junho (Direcção-Geral da Administração Pública), na resposta ao pedido 1952 (declaração de inexistência n.º 1952 à BEP (bolsa de emprego público), informou não existir pessoal nas condições requeridas, tendo em conta a existência de vaga no quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social, aprovado pela Portaria n.º 1373/95, de 22 de Novembro, com publicação no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 270, de 22 de Novembro de 1995.

3 — Prazo de validade — o presente concurso visa exclusivamente o provimento do lugar posto a concurso e caduca com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao técnico superior conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, tendo em vista a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão que interessem à Administração, no âmbito das competências e atribuições do Instituto

Politécnico, e, especificamente, a organização e dinamização, entre outras, das seguintes áreas: concepção, estudo e investigação de natureza científico-técnica nas áreas de gestão e planeamento, bem como a supervisão da actividade económica e financeira, e apoio à área social, no âmbito dos SAS, no Instituto Politécnico de Portalegre e suas Escolas (incluindo Elvas).

5 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 265/88, de 28 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 248/85, de 15 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e demais legislação complementar.

6 — Vencimento, local, condições de trabalho e regalias sociais — o vencimento é o correspondente à respectiva categoria, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e demais legislação complementar, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública. O local de trabalho situa-se nas instalações dos Serviços de Acção Social sitas nos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Portalegre.

7 — Requisitos de admissão ao concurso — poderão ser opositores ao concurso candidatos vinculados ou não à função pública que até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas satisfaçam os requisitos gerais para o provimento em funções públicas a que se refere o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os requisitos especiais que correspondem a estar habilitados com licenciatura numa das seguintes áreas: Economia e ou Gestão.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Prova de conhecimentos;
- b) Avaliação curricular;
- c) Entrevista profissional de selecção, se o júri o entender necessário.

8.1 — A prova de conhecimentos visa avaliar o nível de conhecimentos académicos e ou profissionais dos candidatos, será teórica e terá a forma escrita e a duração máxima de duas horas e tem carácter eliminatório para os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, numa escala de 0 a 20 valores.

A prova de conhecimentos incidirá sobre a matéria do programa aprovado pelo despacho n.º 13 381/99 (2.ª série), de 1 de Julho, do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, a saber:

- 1) Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
 - 1.1) Regime de férias, faltas e licenças;
 - 1.2) Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
 - 1.3) Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
 - 1.4) Deontologia do serviço público.
- 2) Atribuições e competências próprias dos SAS do Instituto Politécnico de Portalegre.

A não comparência à prova de conhecimentos determina a exclusão do candidato.

8.2 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores: habilitação académica de base, formação profissional e experiência profissional.

A avaliação curricular tem carácter eliminatório para os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, numa escala de 0 a 20 valores.

8.3 — Na entrevista profissional de selecção (se a ela houver lugar) avaliar-se-ão, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, por comparação com o perfil de exigências da função, ponderando-se os seguintes factores:

- a) Motivação e interesse;
- b) Capacidade de expressão e fluência verbais;
- c) Iniciativa;
- d) Sentido crítico e de responsabilidade.

Legislação aconselhada para a preparação da prova de conhecimentos:

- Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho — Estatutos do Instituto Politécnico de Portalegre;
- Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril (SAS);
- Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — regime disciplinar, direitos e deveres dos funcionários públicos;
- Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março — regime de férias, faltas e licenças;
- Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro — estatuto remuneratório (regime geral);
- Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro — altera o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro — altera o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho (artigo 4.º) — deontologia do serviço público.

9 — A classificação final dos candidatos será expressa de 0 a 20 valores, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, resultando da fórmula a adoptar pelo júri na definição dos respectivos critérios de apreciação.

9.1 — Em caso de igualdade na nota final, será tido em consideração o estabelecido no n.º 2 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Apresentação das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão ao concurso dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, podendo ser entregue directamente ou pelo correio, com aviso de recepção, para os Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Portalegre, Praça do Município, 7300-110 Portalegre.

10.1 — Os requerimentos de admissão deverão conter os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome completo, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), situação militar quando for caso disso, residência, código postal e telefone se o houver;
- b) Experiência profissional e menção expressa da categoria que actualmente detém no serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, se for o caso;
- c) Habilitações literárias e profissionais;
- d) Identificação do concurso a que se candidata e pedido para ser admitido a concurso;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente confirmados;
- f) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas como constante do artigo 29.º, n.º 2, e de acordo com o previsto pelo artigo 31.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser obrigatoriamente acompanhados dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias ou fotocópia autenticada do mesmo;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade;
- d) Prova de não sofrer de doença contagiosa e de possuir a robustez necessária para o exercício do cargo, feita por meio de atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do candidato ou, nos termos do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto, por atestado emitido por médico no exercício da sua profissão;
- e) Documento comprovativo do cumprimento do serviço militar ou cívico, sendo caso disso;
- f) Certificado do registo criminal;
- g) Declaração passada pelo serviço a que os candidatos se encontram vinculados, sendo o caso, devidamente autenticada, da qual conste, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria que detém e a antiguidade na mesma, bem como na carreira e na função pública, assim como a especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
- h) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

10.3 — É inicialmente dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas d) a f) do número anterior, devendo neste caso o candidato declarar, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um deles. Serão, contudo, os referidos documentos exigidos ao candidato que venha a ser provido.

11 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso, com a salvaguarda do disposto no número anterior, implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — O júri pode exigir a apresentação de qualquer outra documentação comprovativa das declarações dos candidatos.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão divulgadas em função do que

se encontra estabelecido nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

15 — Regime de estágio:

15.1 — O estágio rege-se-á pelo disposto no Regulamento de Estágio para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Técnico Superior, Técnico e de Informática do Instituto Politécnico de Portalegre, aprovado pelo despacho do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, n.º 9543/97 (2.ª série), de 2 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 21 de Outubro de 1997.

15.2 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano, findo o qual o estagiário será avaliado e classificado.

16 — O júri do presente concurso, que será igualmente o júri do estágio, terá a seguinte composição:

Presidente — Antero de Figueiredo Marques Teixeira, administrador dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Portalegre.

Vogais efectivos:

Joaquim António Belchior Mourato, administrador do Instituto Politécnico de Portalegre.

José Fidalgo Rosa Gaspar, secretário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Vogais suplentes:

Sílvia de Jesus Pereira Carrilho, técnica superior de 2.ª classe do Instituto Politécnico de Portalegre.

João Nuno Cativo Cardoso, técnico superior de 2.ª classe do Instituto Politécnico de Portalegre.

17 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo, o qual também será o coordenador do estágio, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento de Estágio citado.

22 de Junho de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Regulamento n.º 49/2005. — Por meu despacho de 17 de Junho de 2005, autorizo a publicação do regulamento interno da Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu:

Regulamento interno do Pólo Educacional de Lamego

Artigo 1.º

Objecto

Nos termos dos Estatutos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu (ESEV), artigo 12.º, este regulamento interno visa sobretudo esclarecer, especificar e completar a organização e funcionamento do Pólo Educacional de Lamego da ESEV e apresenta-se em cumprimento do n.º 4 do artigo 58.º dos mesmos Estatutos: «os pólos elaborarão um regulamento próprio, que será homologado pelo conselho directivo da ESEV».

Artigo 2.º

Natureza

1 — A criação de pólos é da competência do Instituto Politécnico de Viseu (IPV) (artigo 3.º dos Estatutos do IPV).

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 58.º, os pólos são extensões da ESEV, de formação inicial, contínua, especializada e pós-graduada, prosseguindo as finalidades definidas no artigo 1.º dos Estatutos da ESEV.

3 — Nos pólos podem funcionar os mesmos cursos da sede, mas preferencialmente outros.

4 — Quando a sua dimensão e dinâmica o justificar, será proposto ao IPV que sejam efectuadas diligências no sentido da criação de uma unidade orgânica.

Artigo 3.º

Coordenação do Pólo

1 — O Pólo é coordenado por um professor, eleito de entre três professores propostos pelo conselho directivo da ESEV, de acordo com o disposto no artigo 59.º destes Estatutos.

2 — De acordo com as necessidades do Pólo, o coordenador poderá ser coadjuvado por um ou mais subcoordenadores por si designados.

3 — O coordenador é eleito pelos docentes do Pólo que aí desempenham mais de 50 % das suas actividades lectivas.

4 — O mandato do coordenador e do(s) subcoordenador(es) é de três anos, coincidindo com o mandato do conselho directivo da ESEV.

5 — Em caso de incapacidade temporária ou permanente do coordenador do Pólo, será aplicável o conteúdo do disposto no artigo 23.º dos Estatutos da ESEV, com as devidas adaptações.

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 59.º, a eleição referida no n.º 1 deve ser realizada num prazo máximo de 15 dias após a eleição do conselho directivo da ESEV.

7 — O coordenador do Pólo assume as suas funções simultaneamente com o conselho directivo, de acordo com o disposto no artigo 59.º dos Estatutos da ESEV.

Artigo 4.º

Composição do Pólo

1 — Pertencem ao Pólo os docentes que nele desenvolvem mais de 50 % da sua actividade lectiva.

2 — Podem pertencer ao Pólo, por opção, os docentes que exerçam pelo menos um terço da sua actividade lectiva neste Pólo.

3 — No fim de cada ano lectivo será estabelecido pelo conselho científico o conjunto de docentes que no ano lectivo seguinte integrará o Pólo, bem como os docentes que nele prestarão colaboração, por proposta conjunta do conselho directivo da ESEV e do coordenador do Pólo.

Artigo 5.º

Competências da coordenação do Pólo

1 — Compete à coordenação do Pólo orientar e coordenar as actividades, de modo a imprimir-lhes unidade, continuidade e eficiência, cabendo-lhe, designadamente:

- Promover o desenvolvimento de actividades científicas e pedagógicas de acordo com a especificidade das necessidades da região na qual o Pólo se insere e em articulação com as diferentes áreas científicas da ESEV;
- Propor as actividades referidas na alínea a) ao conselho directivo da ESEV e fazer a sua apreciação no conselho científico da mesma;
- Preparar e propor ao conselho directivo da ESEV o plano de desenvolvimento plurianual do Pólo de Lamego, com base nos planos apresentados pelos órgãos competentes;
- Preparar e propor ao conselho directivo da ESEV o plano anual de actividades e respectivo projecto de orçamento;
- Propor ao conselho directivo da ESEV a celebração de protocolos com instituições da região Douro-Sul;
- Propor ao conselho directivo da ESEV normas regulamentadoras do bom funcionamento do Pólo;
- Zelar pelo cumprimento das leis;
- Submeter ao presidente do conselho directivo da ESEV todas as questões que careçam de resolução superior;
- O coordenador do Pólo pode delegar ou subdelegar competências no(s) seu(s) subcoordenador(es);
- Com base no n.º 3 do artigo 60.º, compete à coordenação do Pólo propor ao conselho directivo da ESEV a contratação de docentes com base no perfil definido pelas áreas científicas da ESEV.

2 — Incumbe, em especial, ao coordenador do Pólo:

- Superintender na coordenação e na gestão das actividades do Pólo;
- Estar presente em todas as reuniões de conselho administrativo da ESEV;
- Assegurar o normal despacho de expediente;
- Assegurar a resolução de assuntos de urgência, submetendo ao conselho directivo da ESEV todas as questões que careçam da sua apreciação e da sua aprovação.

Artigo 6.º

Omissões e revisões

1 — As situações omissas neste regulamento serão ponderadas e deliberadas pelo conselho directivo da ESEV.

2 — Este regulamento pode ser revisto sempre que se reconheça essa necessidade e por proposta do conselho directivo da ESEV.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

Este regulamento interno entra em vigor após a homologação do conselho directivo, com base em parecer favorável do conselho científico e do conselho pedagógico (n.º 2 do artigo 12.º dos Estatutos da ESEV).

22 de Junho de 2005. — O Presidente, *João Pedro de Barros*.